

**CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS**  
**FUNDAÇÃO LUÍS DE MOLINA**

***VALORES ESSENCIAIS***

A Fundação Luis de Molina é uma instituição pública de direito privado sem qualquer tipo de fim lucrativo e que visa a promoção da contribuição da Universidade de Évora para o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e económico da comunidade. Para a concretização do seu objetivo, promove a cooperação da Universidade de Évora com pessoas singulares ou coletivas, públicas, privadas ou cooperativas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, com vista à prossecução dos seus objetivos; apoia e prossegue atividades de ensino e de investigação no domínio das artes e das ciências visando o desenvolvimento sustentado; promove a difusão dos conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos e apoia ações de formação, visando a rápida aplicação desses conhecimentos e a valorização cultural e profissional, e ainda apoia e facilita o funcionamento de sistemas de prestação de serviços à comunidade por parte da Universidade de Évora.

Estando a Fundação Luis de Molina envolvida em várias áreas de intervenção cruciais da sociedade, esta rege-se por valores de independência, transparência e autonomia que contribuam para uma construção saudável da comunidade envolvente. Empenha-se em promover uma boa administração dos recursos humanos disponíveis, assim como das valências financeiras que a suportam; compromete-se a defender valores como a integridade, a autorregulação e a prestação de contas, o que implica obrigações e responsabilidades relativamente a todos os interessados nas suas atividades e nas funções que desempenham.

Assim, e tendo em consideração os pressupostos previamente evidenciados, são definidos os seguintes princípios pelos quais se rege a conduta da Fundação Luis de Molina:

***PRINCÍPIO 1º - FUNDAMENTOS LEGAIS***

A Fundação Luís de Molina deve responsabilizar-se por atuar de acordo com a legalidade e cumprir todas as obrigações que lhe sejam impostas pela lei portuguesa e pelos diversos instrumentos normativos internacionais aplicáveis

mediante a natureza da sua atividade. Os seus objetivos devem ser atingidos de acordo com a natureza dos seus estatutos, e concretizados com base na alocação de recursos que respeitem as atividades centrais a desempenhar pela instituição.

### ***PRÍNCIPIO 2º - ADMINISTRAÇÃO:***

A Fundação Luís de Molina é constituída por um órgão de administração autónomo e identificável, cujos membros e respetivo presidente são nomeados pelo Conselho Geral e pelo Reitor da Universidade de Évora respetivamente, e que devem ser os principais exemplos da execução dos presentes princípios. Os membros do Conselho Executivo, dos órgãos reguladores e de supervisão, que poderão adicionalmente ser criados, deverão seguir-se pelos interesses centrais da instituição e nunca pelos seus interesses pessoais ou motivados por objetivos de benefício próprio. Deverão seguir fundamentalmente duas regras:

- ✓ Qualquer conflito de interesses que resulte de qualquer vantagem direta para si ou qualquer pessoa relacionada deverá conduzir voluntariamente a uma renúncia ao processo de decisão. Além disso, na análise a qualquer projeto de financiamento devem ser declaradamente abertas as relações profissionais ou de parentesco entre os membros do Conselho de Administração e os prestadores de serviço.
- ✓ Os membros do Conselho de Administração devem abster-se de aceitar quaisquer vantagens financeiras oferecidas pelos interessados, aplicando-se esta premissa também para a prestação de serviços futuros, que relacionam, direta ou indiretamente as entidades prestadoras de serviço e qualquer membro do Conselho de Administração da Fundação Luís de Molina.

O mandato dos membros do Conselho de Administração não deverá ter duração superior a dez anos.

### ***PRÍNCIPIO 3º - ORIENTAÇÕES E FUNCIONAMENTO***

A Fundação Luís de Molina define um conjunto claro de orientações e procedimentos essenciais à atividade que desenvolve, especificando a sua missão, as suas finalidades, objetivos e programas associados, que de acordo com os respetivos atos constitutivos deverão ser avaliados e revistos sempre que existir essa necessidade por colaboradores e membros do Conselho de Administração. Todos os programas desenvolvidos, assim como os objetivos do mesmo devem assentar na boa-fé, nas capacidades e nas habilidades de todos os colaboradores que devem para tal agir com integridade e responsabilidade, servindo de linha condutora para a Fundação Luís de Molina atingir os objetivos estatutários a que se circunscreve sem se desviar das atividades principais a que se dedica.

### ***PRÍNCIPIO 4º - GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA***

É promovida uma organização e um funcionamento eficiente, que assegure desde logo uma gestão e utilização sustentável dos recursos que lhe são alocados, mediante procedimentos e métodos de investimento sensatos e prudentes que permitam em tempo real, de forma concisa e completa, dar uma imagem das finanças da Fundação Luís de Molina a todos os interessados nessa consulta. Possui ainda um sistema de contabilidade adequado à natureza da sua própria função e da dimensão que adquire na comunidade onde se insere, que pode ainda ser complementado com medidas adicionais que reforcem os resultados atingidos. Compromete-se ainda a não contribuir para criar custos administrativos que prejudiquem ou obriguem a terminar projetos e programas criados em prol da comunidade devido à sua natureza excessiva, e que coloquem em causa a própria existência da Fundação Luís de Molina.

### ***PRÍNCIPIO 5º - TRANSPARÊNCIA***

A Fundação Luís de Molina gere toda a sua atividade mediante os princípios de transparência e responsabilidade social que abraça relativamente à sociedade que a envolve. Com base neste princípio, compromete-se a apresentar informação atualizada e correta ao público interessado. São estabelecidos também critérios rigorosos de alocação financeira, sempre em conformidade com os estatutos que regem a atividade desenvolvida e que são controlados por juristas internos ou,

adicionalmente, por uma entidade externa que de forma consciente e válida, será responsável pela veracidade dos dados apresentados, sempre sem se colocar em causa a idoneidade e independência das entidades externas responsáveis por essa tarefa.

#### ***PRÍNCÍPIO 6º - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO***

O trabalho desenvolvido é monitorizado de forma adequada e avaliado regularmente, controlando-se assim os aspetos positivos e os vetores a melhorar, assim como a própria implementação dos princípios de boas práticas explanados. Os órgãos internos da Fundação devem, na busca do cumprimento dos objetivos estatutários da instituição, assegurar que, de forma permanente, a informação acerca dos projetos e programas desenvolvidos esteja em consonância com as linhas diretrizes que os estatutos desenham para uma progressiva sustentabilidade dos objetivos propostos para cada atividade. Além disso, a Fundação responsabiliza-se ainda por controlar a sua gestão de fundos e alocação dos mesmos de forma equitativa e saudável.

#### ***PRÍNCÍPIO 7º - PARCERIAS E COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA***

A Fundação Luís de Molina fomenta a disseminação do seu capital de conhecimento e experiência acumulada, procurando promover a criação de parcerias entre si e instituições de natureza semelhante, ou com outros grupos de interesse relevante na comunidade, otimizando o impacto dos resultados nas respetivas áreas de atividade. Estas parcerias devem em primeiro grau ser promovidas pelos responsáveis administrativos, que devem contribuir para uma troca de experiências positiva, que promova a cooperação em prol do benefício da comunidade e da população no seu geral.